

A AGRICULTURA SE MODERNIZA (1950-1975): INTEGRAÇÃO ECONÔMICA, RELAÇÕES DE TRABALHO E REORDENAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO GOIANO

Glauber Lopes Xavier¹

RESUMO

A proposta apresentada pelo presente artigo assenta-se na perspectiva conjunta de fatores que sucederam no âmbito da economia goiana durante os vinte e cinco anos delimitados como marco temporal de estudo. Não teria como se constituir de modo divergente, considerando que a modernização das técnicas de produção no meio agrícola goiano (assim como a brasileira) teve, por efeito correlato, transformações profundas nas relações de trabalho, do que resultou numa reordenação do espaço agrário a fim de atender a demanda por bens primários por parte do centro-sul brasileiro. Dessa correlação de forças, foi possível uma maior integração econômica de Goiás com relação à região Sudeste, ainda que os efeitos não tenham sido favoráveis quanto às questões sociais ligadas ao meio rural, conforme delineiam os parágrafos deste breve artigo.

Palavras-Chave: Modernização agrícola; Relações de trabalho; Espaço agrário; Goiás.

ABSTRACT

The proposal presented in this article is based on the joint perspective of factors that have succeeded in the State economy during the twenty-five years as defined timeframe of the study. Would not it be so divergent, considering that the modernization of production technologies in the agricultural Goiás (as well as Brazil) had, in fact correlate, profound changes in working relationships, resulting in a reordering of agrarian space in order to meet the demand for primary goods from the south-central Brazil. This correlation of forces was possible greater economic integration of Goiás with respect to the Southeast, although the effects were not as favorable to social issues related to rural as delineate the paragraphs of this brief article.

Keywords: Agricultural modernization; Labor relations; Agrarian space. Goiás.

¹Professor Efetivo do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás. Unidade Universitária de Itumbiara. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: glauberlx@hotmail.com.

Complementar para integrar: Goiás na dinâmica econômica nacional (1950-1975)

Durante as décadas de 1950 e 1960, com a expansão da fronteira agrícola e a conseqüente anexação de terras por parte de grandes propriedades, houve uma maior concentração fundiária no estado de Goiás e em várias partes do território nacional. Ocorria, nesse momento, considerável aumento na produção de alimentos, necessários para o abastecimento da crescente indústria no centro-sul do Brasil. Conforme Tavares (1983, p. 104): “Com efeito, o crescimento da agricultura entre 1950 e 1960 deveu-se menos ao aumento dos rendimentos médios dos cultivos do que à incorporação de novas áreas”.

A produção primária nos estados do centro, norte e nordeste brasileiros foi fundamental para a reprodução da força de trabalho empregada na indústria. Sem contar que a produção primária desses estados encontrava-se a mercê das determinações do mercado consumidor oligopolizado. Os alimentos eram vendidos a baixos preços, o que era possível em virtude da baixa remuneração dos trabalhadores rurais. Tal fora a situação vivenciada pelos trabalhadores goianos, conforme elucida Borges (2000, p 47):

A baixa remuneração do trabalhador rural deve ser explicada segundo o processo histórico da conformação da agricultura brasileira no qual o domínio do latifúndio permitiu a extorsão da renda do produtor direto que, por sua vez, transformou-se na base para uma produção agrícola extensiva e de baixa produtividade. Enfim, uma oferta de mão-de-obra rural em expansão associada à concentração da propriedade da terra, à ausência de legislação social no campo e à ampla fronteira agrícola “aberta” a ser conquistada, permitiram aumentar a produção agrária sem que seus custos se elevassem.

As mutações ocorridas nas economias das demais regiões do Brasil, com o propósito de atenderem ao intenso processo de industrialização da região centro-sul do país, principalmente do Estado de São Paulo, redundaram em uma séria crise na questão agrária e na questão agrícola. Aumentaram as lutas pela posse da terra e foram agravadas as condições de trabalho no campo, sucedidas pela crise no abastecimento local e distorções nos preços em vigor. Para um melhor entendimento acerca desse fato, é preciso apresentar os conceitos de questão agrária e questão agrícola. Baseado na distinção realizada na obra *O que é Questão Agrária*, Graziano da Silva (1987, p 11) elucida que:

[...] a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola, as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo etc.

Evidentemente que a ocupação de novas áreas configurou-se como um dos fatores determinantes da complementaridade que a atividade agrícola goiana representava para a pujante indústria no centro-sul do Brasil. Cabe mencionar que as decisões tomadas pelos produtores agrícolas de Goiás nunca se deram estaque à conjuntura de áreas economicamente mais avançadas do país. Na verdade, a economia agrária goiana absorveu, durante esse período, custos da economia industrial que aceleradamente crescia, primordialmente do Estado de São Paulo, numa articulação que remete a vários apontamentos na obra *O Capital e seu Espaço*, de Lipietz (1988, p. 23), como a seguir:

A análise revelará, assim, por exemplo, o antagonismo de uma "lógica industrial", própria aos modos arcaicos; mas o estudo concreto mostrará o funcionamento de um sistema único e coerente, possuindo características originais, aquelas que a análise tem precisamente por finalidade explicar. Enfim, as próprias modalidades da articulação devem ser compreendidas como um *processo*, onde o modo dominante domina, dissolve, integra o modo dominado segundo fases sucessivas nas quais se modificam as regras de funcionamento da totalidade social.

Tratou-se de um desenvolvimento desigual e combinado no território brasileiro. Ou seja, a sujeição do setor agropecuário goiano à progressiva atividade industrial do centro-sul do país. Esta sujeição não significou, contudo, o isolamento tampouco um posicionamento estático da economia goiana em termos de desenvolvimento. Na verdade, ao cumprir seu papel de economia complementar, Goiás passou por consideráveis transformações no âmbito

político, econômico e social, sobremaneira após os anos 1970, com as políticas regionais e nacionais de impulso do desenvolvimento rural via modernização agropecuária.

A modernização das técnicas de produção no meio rural imprimiu, a um só tempo, novas formas de emprego da força de trabalho e estabeleceu um novo papel à economia goiana no contexto nacional. Ademais, resultou na reestruturação do espaço agrário a partir da constituição de complexos latifúndios-minifúndios, necessários a formatação de um espaço propício ao fortalecimento de municípios-alicerces dos futuros complexos agroindustriais, como o da cana-de-açúcar, entre outros. “Tais complexos latifúndios-minifúndios se baseavam em arcaicas relações sociais de produção, as quais foram incorporadas, sem traumas, ao processo de produção das mercadorias.” (BORGES, 2006, p. 35).

Havia, portanto, uma relação entre agricultura e indústria, o que foi analisado por Oliveira (1976) no sentido de que as transformações estruturais ocorriam a fim de criarem condições para a reprodução do capital. Assim, seria inerente a esse processo uma base absorvedora de custos que se orientaria, conforme necessário, para a expansão industrial. Essa absorção de custos ocorria em função da formação de oligopólios no centro-sul brasileiro, os quais demandavam as mercadorias primárias da região centro-oeste do país. Assim, havia o espólio via determinação de preços que, rebaixados, barateava, conseqüentemente, o valor da força de trabalho empregada na indústria. No que tange a conexão entre agricultura e indústria, segundo Oliveira (1976, p. 45):

Esta é a natureza da conciliação existente entre crescimento industrial e o crescimento da agricultura: se é verdade que a criação do ‘novo mercado’ urbano industrial exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão ‘primitivo’ baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho.

Relacionado ao papel de economia complementar à progressiva indústria do centro-sul do Brasil, o avanço da agricultura em Goiás se deu pela ocupação de novas localidades e não pelo aumento da produtividade naquelas existentes. Denominado de expansão da “fronteira agrícola”, a resultante desse processo foi a formação do já mencionado complexo latifúndio-minifúndio, conforme definição de Borges (2000). Essa complementaridade se dava através do fornecimento, por baixos valores, de produtos primários ao sul e sudeste e a concomitante

importação de mercadorias manufaturadas, logicamente de valores consideravelmente maiores devido à agregação de valor no processo produtivo.

Nesse contexto, a construção de Brasília, nos anos 60, acompanhou um processo de reestruturação das atividades produtivas em todo o país, em muito contribuindo o plano rodoviário executado em função da transferência da capital federal. Calcula-se que aproximadamente quatro milhões de quilômetros quadrados de área foram incorporados à fronteira agrícola. Nesse interstício, a agricultura goiana obteve melhorias no âmbito técnico e inaugurou novas relações de produção no campo, o que permitiu o avanço agroindustrial do Estado, acirrando a especulação fundiária vis a vis a criação de diversos programas de incentivo a produção de determinados produtos agrícolas em suas terras.

O espaço do capital e do trabalho no meio rural em Goiás

A criação do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), em 1975, teve por objetivo primordial a formação de um cenário em que fosse possível a modernização da agropecuária no Centro-Oeste e no oeste mineiro. Pautado por uma política de fortalecimento da infra-estrutura, concessão de financiamento rural e desenvolvimento de pesquisas agropecuárias, a implantação do POLOCENTRO promoveu, principalmente, o acelerado processo de capitalização no campo por meio do crédito rural. Sobre o assunto, aponta Estevam (2004, p. 158): “O crédito rural foi o segmento básico do POLOCENTRO e fortaleceu de maneira acelerada o processo de capitalização do campo.” Para concessão deste financiamento exigiu-se “adequado” padrão tecnológico, elevada densidade de capital, motomecanização, além de farta aquisição de fertilizantes e outros insumos.

As exigências atinentes ao Programa quanto à concessão de crédito frustraram, no entanto, a perspectiva de distribuição equitativa do volume de recursos disponível. Deste modo, o crédito rural concedido favoreceu a grande propriedade, em detrimento dos pequenos produtores que não dispunham dos padrões tecnológicos e produtivos conforme definia o Programa. De 1975 a 1982 foram aprovados 3.373 projetos, em um montante de recursos equivalente a 577 milhões de dólares. Dos beneficiários, 81% operavam áreas de mais de 200 hectares, que absorveram 88% do crédito oferecido. Nesse sentido, a modernização ocorrida nas atividades agrícolas goianas não fora acompanhada pela ulterior transformação da estrutura fundiária do Estado. Pelo contrário, ela derivou no declínio da pequena propriedade (suprimida pela grande), seguida pela incidência de fluxos migratórios que tiveram como

destino, quando não os centros urbanos em vertiginoso crescimento, as regiões de agricultura de fronteiras.

Consistiu num processo de mudança na base técnica do campo sem, no entanto, ocorrerem modificações na estrutura fundiária do país, do que Graziano da Silva (1981) qualificou de “modernização dolorosa”. As transformações na base técnica se, por um lado, não modificaram o *status quo* agrário, por outro, foram acompanhadas por profundas modificações nas relações sociais de produção, onde o trabalho é peça fundamental. Com a expropriação dos pequenos produtores, paulatinamente aumentou o emprego do “bóia-fria” ou trabalhador volante assalariado e aos poucos desapareceu a figura do pequeno produtor, como o parceiro e o posseiro, movimentos que contribuíram para o surgimento dos estabelecimentos agrícolas do tipo empresarial.

No que tange o inter-relacionamento entre o capitalismo industrial e a posse fundiária, essa “modernização conservadora” se encarregou de imprimir um rearranjo entre tais forças e seu resultado foi, destarte, a apropriação de vastas extensões de terras pelos representantes da acumulação de capital dos centros urbanos e, por conseguinte, maior concentração fundiária. Não obstante, o momento se apresentava oportuno, haja vista que a modernização da agricultura definia novas facetas, tanto para o meio urbano, quanto para o rural. Com relação a essa concentração fundiária, Oliveira (2007, p. 32-33) apresenta os seguintes dados:

A modernização da agricultura veio acompanhada desta crescente concentração fundiária. No período de 1967 a 1972, a área ocupada total cresceu 10.170.887 hectares, porém a área dos imóveis rurais com mais de mil hectares cresceu 17.658.740 hectares, o que quer dizer que os pequenos perderam 6.242.980 hectares, e os médios outros 1.244.873 hectares. No período de 1972 a 1978, a área ocupada total cresceu 49.626.683 hectares, porém novamente as grandes propriedades cresceram 52.273.849 hectares, o que significou queda na área ocupada pelos pequenos (1.156.895 hectares) e médios (1.490.271 hectares). Isto quer dizer que, entre 1967 e 1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69.939.589 hectares e as pequenas propriedades perderam 7.399.875 hectares. Cabe destacar também que, apesar do número total das grandes propriedades praticamente não ter se alterado, a área ocupada por elas cresceu quase 20%, tornando mais concentrada a propriedade da terra no Brasil, passando o índice de Gini de 0,836 para 0,854.

Nesse ínterim, medidas necessárias a fim de possibilitar a manutenção das relações de poder através da garantia da posse de capitais configuravam-se como fundamentais, afinal era esse o desiderato do governo militar pós 1964, período em que o valor do hectare valorizava-se consideravelmente e a posse fundiária protagonizava-se como importante reserva de valor e garantia de pagamento de dívidas. Nesse contexto, em Goiás, a expropriação dos pequenos produtores teve ligação direta com os movimentos migratórios ocorridos no interior de seu território. Em busca das regiões de terras livres ou devolutas, esses produtores procuravam o restabelecimento de suas propriedades. Obviamente que as inúmeras dificuldades encontradas nessa saga em busca da posse pela propriedade, na maioria das vezes, fizeram com que muitos homens e mulheres acabassem se subordinando aos grandes proprietários de terras.

É fundamental observar tais movimentos como resultado de um perverso processo de supressão das pequenas propriedades (cuja base é a produção de alimentos diversos) pelas maiores que, em busca de um negócio extremamente lucrativo, ampliam suas áreas, dando origem aos latifúndios, onde se pratica a monocultura alicerçada pelo trabalho precário. Esse movimento se constituiu em dois momentos. Se a princípio ele representou a “expulsão” de pequenos produtores de suas terras, em outro momento ele tratou-se da absorção daquela força de trabalho desprovida de outras formas de sobrevivência.

No que tange a forma como se estabeleceu esta absorção, ela significou piora na qualidade de vida daqueles antigos pequenos proprietários, evidenciada por meio das precárias condições de vida e trabalho. “*A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificando-se o uso do “bóia-fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais a assalariada [...].*” (GRAZIANO NETO, 1985, p. 36).

O aumento do quantitativo da força de trabalho temporária significou, ainda, o aumento populacional e, conseqüentemente, mutações significativas no cotidiano das cidades aos arredores das monoculturas em ascensão. Considerando a importante contribuição de Lipietz, quando analisa as alterações no espaço a partir da interação entre homem e seus meios de sobrevivência, ou seja, que “o espaço social é um “momento” de reprodução social e é neste sentido que o espaço social em si é um reflexo das relações sociais” (LIPIETZ, 1988, p. 26), é que se delineia este ponto do trabalho.

Assim, parte-se do entendimento de que o advento da agroindústria e todas as alterações nas relações de trabalho que o acompanharam, levaram a consideráveis transformações no âmbito do espaço social. A presente análise do espaço social se dá a partir do entendimento de que o trabalhador é destituído dos meios de produção e, sobretudo, que o

modo de produção capitalista tem por base que “o trabalho social se apresenta como soma de trabalhos privados, efetuados independentemente uns dos outros” (LIPIETZ, 1988, p. 27). Esse processo deu surgimento às denominadas cidades do agronegócio.

Tais cidades reconheceram essa dinâmica de aumento populacional e, ao mesmo tempo, de transformação na cadeia produtiva, predominantemente durante a década de 1980, momento em que a cana-de-açúcar teve sua produtividade aumentada consideravelmente em função dos investimentos em novas destilarias. A demanda por mão-de-obra para atender o plantio/corte dessa atividade em Goiás resultou no estabelecimento de grande volume de trabalhadores volantes oriundos de diversos estados, principalmente da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Norte.

Em âmbito nacional, esse momento foi acompanhado por considerável mudança na base técnica via inovações das técnicas produtivas não apenas na atividade canavieira, mas nas monoculturas de modo geral. Contudo, a transformação dos métodos de cultivo, aliado ao uso intensivo de fertilizantes e defensivos, assim como o advento da agricultura biológica a partir de importantes pesquisas, ao passo que permitiram melhorias na *questão agrícola*, como o aumento da produtividade, intensificaram sérios problemas da *questão agrária*, a começar pela precarização das relações de trabalho. Parafraseando Graziano Neto (1985, p. 47): “*O processo de transformação tecnológica ocorrido recentemente – anos 80 – privilegiou alguns produtores (os grandes), algumas atividades (os produtos de exportação) e algumas regiões (o centro-sul).*”

A lógica do decurso da modernização do campo consistiu em amalgamar elementos da pequena agricultura, praticada pelo trabalho do colono, do parceiro, do meeiro, com costumes e comportamentos enodados por precárias relações de trabalho tipificadoras da moderna agricultura, representada pelas usinas. Essa lógica dimanou na seguinte conversão, segundo Martins (1995, p. 145): “conversão da terra de trabalho, terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio”, apontado que a permanência de formas pretéritas de trabalho no meio rural consiste numa racionalidade do capital pela garantia da competitividade, conforme elucida Martins (2008).

Fica claro, portanto, que no âmbito da atividade canavieira, precedeu um processo específico de ocupação do espaço. Pensá-lo exige, contudo, uma análise do Estado não apenas como tutor da ofensiva capitalista do ponto de vista do projeto nacional-desenvolvimentista, mas, também, do ponto de vista ideológico com relação ao saber. O Estado, no uso do saber tecnocrático, ancora os grandes projetos promotores do “desenvolvimento econômico”,

atendendo aos interesses da burguesia ávida pelo aumento da riqueza e a manutenção do poder.

Atualmente, o processo de expansão da atividade canavieira no Brasil tem recebido aporte do Estado no que concerne a vultosos financiamentos, tanto na promoção de uma política agrícola, quanto no suporte a pesquisas voltadas para o melhoramento da cana-de-açúcar ou das técnicas de produção. Uma conjuntura que pouco mudou daquela observada por Santos (1986, p. 134) em meados dos anos 1980:

Atualmente, as usinas de açúcar e álcool se apóiam fortemente em decisões políticas, mais do que no simples jogo de mercado para assegurar sua hegemonia sobre os demais atores do processo. A regularidade dos fluxos que asseguram a continuidade da produção e a manutenção de um nível ótimo de utilização da capacidade instalada não mais depende exclusivamente da produção geograficamente contígua ou próxima. O Estado, pela sua própria produção garante esse fluxo. E o controle sobre o setor financeiro ou o acesso fácil aos bancos cria condições de competitividade na área da circulação que asseguram ganhos maiores aos que deles se beneficiam.

A compreensão das políticas agrícolas dos anos 1970 exige um retrocesso no tempo, tornando clara a ofensiva, via Estado, dos “*donos do poder*” de que tratou Faoro (1958). Na medida em que a modernização da agricultura não poderia ocorrer sob qualquer risco à grande propriedade, a oligarquia relutava pela manutenção dos mecanismos estatais que asseguravam suas benesses, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o qual foi criado nos anos 1930, segundo Garcia Jr (2002, p. 14):

“[...] para lidar com a forte crise dos mercados internacionais e durou até o início da década de 1990[...]. No caso do IAA, o minucioso estudo apresentado por Szmrecsányi (1979) demonstra como uma organização pública, implantada por pressão de senhores de engenho e de usineiros, instituiu controle preciso da produção de cana, da área plantada e da área cortada, das quantidades comercializadas em cada usina, através de sistemas de quotas, da quantidade de açúcar e álcool produzidos por cada usina, dos preços com que se deveria comercializar sua produção. Foi também esse organismo que esteve na

origem de vários programas de modernização técnica da agroindústria do açúcar.

Acrescenta-se que tal modernização era acompanhada pelo desiderato do período militar de promoção do aumento das exportações de açúcar. Não foram medidos esforços por parte do governo federal na indução dessa política, a qual fora constituída por vários programas estatais de indução à atividade canavieira nacional. Nesta perspectiva, cabe afirmar que existia direta relação entre os programas estatais de estímulo a atividade canavieira, a modernização das técnicas agrícolas e a concentração fundiária.

Desta sorte, a reordenação do espaço agrário brasileiro estava no bojo da ofensiva capitalista representada por uma elite nacional. Assim como as demais unidades federativas do país, Goiás esteve vinculado a esse processo, como foi possível observar. Em linhas gerais, é preciso considerar que Estado e o capital possuíam (assim como vem possuindo) estreita ligação no tocante à atividade canavieira, como apontam Szmrecsányi e Moreira (1991, p. 20):

Para poder sustentar essa expansão, a agroindústria canavieira do país necessitava de um forte e contínuo apoio da parte do governo federal, apoio esse que lhe foi concedido de bom grado e formalmente através de três importantes programas de investimentos e de incentivos públicos: o *Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar*, que se tornaria mais conhecido através de sigla Planalsucar; o *Programa de Racionalização da Indústria Açucareira*; e o *Programa de Apoio à Indústria Açucareira*. Os dois primeiros foram instituídos em 1971, e o terceiro dois anos mais tarde, como substituto do segundo.

A compreensão do papel exercido pelo Estado, no que tange à acumulação de capital no setor canavieiro exige, ainda, uma crítica ao saber que fomenta as estratégias do capital. Nos anos 1970, eram forjadas as bases políticas consoantes às exigências do capital para a implementação dos complexos agroindustriais nos moldes atuais. Acumular era preciso, preciso também era manter inalteradas as velhas estruturas da atividade: monocultura, grande propriedade e trabalho precário. Provieram, assim, duas ações capitaneadas pelo Estado: uma empresa e um programa estatais; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(EMBRAPA) e o Programa Nacional do Álcool² (Proálcool). Tais ações foram basilares como aportes à ofensiva do capital.

À primeira, cabem críticas quanto à natureza do conhecimento científico empregado na promoção das técnicas de produção para a agricultura e a pecuária brasileiras, ou seja, um conhecimento que contribuiu para a manutenção/disseminação de um modelo agrário concentrador da propriedade, excludente na medida em que direcionado às atividades que carecem de recursos da ordem de milhões, como são os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aos produtores de soja e cana-de-açúcar.

À segunda, tais críticas residem no volume e destinação dos créditos para o cultivo da cana-de-açúcar e, em essência, sob qual ideologia erigiu-se, a ideologia hegemônica da burguesia brasileira no Estado nacional-desenvolvimentista. Em suma, é preciso partir do entendimento de que ambas as ações favoreceram o domínio da burguesia canavieira no Brasil. *“Daí o papel decisivo e de extrema relevância do Estado, que, com o Proálcool, alavancou e consolidou toda uma trajetória histórica de manutenção de privilégios e protecionismos para esse segmento do capital.”* (THOMAZ Jr., 2002, p. 76).

No tocante à atuação da Embrapa, seu surgimento se deu no primado da extensão rural. Ao ignorar as peculiaridades locais, a propagação das mesmas técnicas em todos os lugares, além de tornar a produção em muitos casos inviável, aniquila saberes locais, engendrando uma ideologia dos saberes considerados avançados, com bem mostra Vandana Shiva (2003). O conhecimento do qual resultam as políticas de extensão rural, tal qual o conhecimento da economia, tecnocraticamente ensejado, ao relegar à condição de desvalia a complexidade, não apreende os paradigmas que marcam o mundo moderno³.

Especializado que está como conhecimento, promove equívocos sociais quando posto em prática. Como corrente de pensamento, assim como o individualismo metodológico na economia, a extensão rural ganha proeminência nos Estados Unidos. Ambas as perspectivas

² O Proálcool (Programa Nacional do Álcool), Decreto nº 76.593, de 14/11/1975, consistiu em um programa capitaneado pelo governo Brasileiro, a fim de substituir os combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool. Segundo Szmrecsányi e Moreira (1991, p. 28): *“Nos primeiros dez anos de existência do Proálcool, a produção brasileira de álcool aumentou a uma taxa média de 35% ao ano, sem que o setor deixasse de produzir volumosas quantidades de açúcar, tanto para a exportação como para o mercado interno. Uma tão rápida expansão só era possível à custa de grandes e graves distorções. No plano agrícola, ela provocou o excessivo crescimento de uma monocultura cheia de riscos, bem como uma exagerada concentração fundiária, extremamente deletéria do ponto de vista social.”*

³ Não apenas proeminentes sociólogos brasileiros, como Maria Isaura Pereira de Queiroz e José de Souza Martins, mas diversos outros, como Henri Mendras, Georges Gurvitch e o próprio Henri Lefebvre fizeram questão de ressaltar essas divergências, cujo agravo, segundo eles, residia no fato de que, enquanto a sociologia rural francesa tratava da compreensão da relação entre o urbano e o rural, além de outros elementos como a cultura, a sociologia rural norte americana limitava-se na disseminação de técnicas que visavam modernizar a agricultura em qualquer país do mundo, desconsiderando suas peculiaridades, exercendo o papel da extensão rural.

fundamentam uma política colonizatória a partir do conhecimento arremedado, cujos fins limitam-se à assegurar a reprodução do capital quaisquer sejam os efeitos danosos sobre as populações. Segundo Thomáz Jr. (1999, p. 5): "*O procedimento do cientificismo fetichizou os riscos a que a sociedade foi submetida, tendo em vista que o desenvolvimento incomensurado das ciências e das técnicas põe em xeque o futuro da humanidade [...].*"

Resta reconhecer que, em essência, esta reprodução está contida no fenômeno urbano, evidenciando que o próprio conhecimento voltado ao campo resulta da lógica de acirramento das necessidades específicas às cidades, principalmente das grandes cidades em todo o mundo. Lefebvre (1969, 1975, 2008) teceu duras críticas quanto à formação de quadros compostos por tecnocratas, paladinos da técnica e do conhecimento. Segundo o pensador, o papel dos tecnocratas é produzido e manipulado como tal no âmbito global do Estado, das estratégias.

Em tempos de “revolução verde⁴”, os recursos empregados pela Embrapa visavam, ainda, a formação de profissionais altamente qualificados, seja de engenheiros agrônomos ou demais profissionais a partir de um conhecimento voltado, evidentemente, para os interesses do agronegócio, sinônimo do “moderno”, do tecnologicamente avançado em oposição ao “atrasado” cultivo e cultivar do pequeno agricultor. Nessa perspectiva, a tecnocracia foi fundamental na orientação de uma política energética nacional a partir do cultivo da cana-de-açúcar⁵, aporte “científico” de um projeto fundamentalmente ligado a concepção e gestão do espaço segundo a dinâmica Estado-Capital.

Ademais, a disseminação desse conhecimento está ligada aos interesses do grande capital representado por um seleto grupo de empresas transnacionais de fertilizantes, defensivos agrícolas e outros produtos utilizados no cultivo da cana-de-açúcar. Logo, a apreensão da dinâmica socioespacial da atividade canavieira fica a meio caminho se desconsideradas as questões relacionadas à um plano global ou a uma ordem distante. É no, e pelo espaço, que as intervenções se efetivam, capturando possibilidades de transformação,

⁴ Período (anos 1960/70) no qual houve a inserção de novas sementes e práticas agrícolas nos países considerados menos desenvolvidos, o que repercutiu no considerável aumento da produção agrícola. Daí a denominação “revolução verde”

⁵ Na seguinte perspectiva Thomaz Júnior (2002, p. 92) trata do eleito da cana-de-açúcar como matéria-prima em alternativa aos derivados do petróleo: “*Na mesma época, o próprio governo, através de secretarias e órgãos da estrutura ministerial, estava envolvido em diversos estudos, em busca de alternativas que substituíssem os derivados do petróleo. Dentre elas, a cana-de-açúcar figurava num rol que incluía também a mandioca, o sorgo sacarino, o babaçu, etc. A cana levou a melhor. Outro exemplo a ser lembrado é o que se passou em 1980, quando a Comissão de Energia do IAA aprovou um plano para aproveitamento da biomassa florestal, que foi denominado de Proóleo (Programa de Óleos Vegetais para Fins Energéticos), que também não tardou em esquecimento.*” Ainda sobre esta questão, Szmrecsányi e Moreira (1991, p. 25), chegaram à seguinte conclusão: “[...]o Programa do Alcool fora formulado e estabelecido menos como uma solução para a “crise energética” do Brasil, do que como uma alternativa para a previsível capacidade ociosa da sua agroindústria canavieira.”

tornando a classe trabalhadora refém de um processo cujas dimensões transpõem os limites da produção.

Na medida em que “*as noções científicas de agricultura e indústria passam a representar os modos de vida rural e urbano, em modelos interpretativos que não conseguem açambarcar a vida*” (ALENCAR; MOREIRA, 2005), primar por uma sociologia rural ou por uma sociologia urbana não permite o devido alcance da problemática que envolve o Estado, o capital, o espaço e o trabalho no âmbito da atividade canavieira. É preciso reuní-las numa *démarche* que considere os aspectos sociais, econômicos e políticos envoltos na relação entre a sociedade e o espaço com o advento dos complexos agroindustriais. No âmbito da natureza da problemática que ocupa este trabalho, são bastante elucidativas as reflexões de Afrânio Garcia Jr. (2002, p. 7), conforme segue:

A representação do mundo agrícola, a imagem de unicidade que se buscava no início de século, é hoje atravessada pela oposição dos agentes concebidos por categorias como “agricultura familiar”, “complexo agroindustrial”, “agroindústria empresarial”, “agricultura tradicional”, demonstrando a intensidade da competição por terra, recursos financeiros, força de trabalho e, sobretudo, pela legitimidade de se designar o futuro das relações no mundo rural e das configurações cidade-campo.

Consiste em afirmar que a apreensão da produção social do espaço sob os imperativos do capitalismo impõe a tarefa de se considerar, em grande medida, as relações de trabalho como ponto nodal neste processo, principalmente em se tratando da complementaridade e interdependência envoltas na dinâmica de reprodução das condições gerais de produção no campo e na cidade no Brasil contemporâneo e, especialmente, os desdobramentos dessa dinâmica com o advento dos complexos agroindustriais . Atesta tal afirmação análise feita por Ianni (2005, p. 130) já nos anos 1970: “*o trabalho agrícola [...] está no centro do sistema de relações e estruturas que caracteriza a dupla dependência em que se encontra a sociedade agrária brasileira.*”

A título de exemplo, a principal crítica ao Proálcool tratou-se de suas implicações aos trabalhadores do setor a partir das transformações na estrutura agrária. O avanço da atividade canavieira simbolizou não apenas um momento onde a concentração de terras se acirrava, mas, também, o distanciamento do sonho de milhares de pequenos produtores de vivenciarem

o progresso econômico em suas propriedades e, por meio delas, materializarem conquistas através do trabalho em família durante gerações.

Em virtude desse processo, o emprego do trabalhador volante, o qual executa sua força de trabalho apenas por alguns meses do ano e, nos demais, busca seu sustento e de sua família através de “bicos” nos espaços urbanos, teve significativo aumento. “*Esse processo de volantização da força de trabalho permitiu os sucessos da modernização agrícola garantidos pelo Estatuto da Terra (1964) e pelo Proálcool (1975)*” (SILVA, 1999). E ainda, segundo Silva (1999):

Surge o bóia-fria, trabalhador volante, eventual, banido da legislação. O “bóia-fria” é duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos. Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a denominação de “bóia-fria”, sentida como vergonha, humilhação[...]. Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retirando-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. Produz-se, assim, uma relação de força simbólica (Bourdieu & Boltanski, 1975), mediante a qual as condições subjetivas do ser são negadas.

Esse trabalhador passou a conviver com uma dura rotina, permeada pelo cansaço, por baixos salários e por condições extremamente precárias de moradia e saúde, não restando qualquer perspectiva de melhoria de suas condições de sobrevivência. Da seguinte forma Graziano Neto (1985, p. 76) apresenta a situação vivenciada pelo trabalhador volante ou comumente denominado “bóia-fria”:

Acontece que o “bóia-fria” trabalha exaustivamente, pois é a única perspectiva que tem para melhorar sua remuneração. Neste trabalho brutal ele envolve normalmente a mulher ou os filhos menores, que o ajudam a aumentar a produtividade do seu trabalho [...] Se é verdade que há 50 anos atrás os trabalhadores rurais padeciam de males facilmente sanáveis, hoje morrem de desastres de caminhão ou intoxicados por venenos. Se antes suas casas tinham chão de terra batida, hoje elas são de restos de caixotes de madeira ou de folhas de zinco, nas favelas urbanas.

A manutenção e o progresso da monocultura da cana-de-açúcar nas terras goianas foi possível em função da disponibilidade deste tipo de força de trabalho, em que milhares de homens e mulheres tiveram a lida nos canaviais como única alternativa. Uma força de trabalho extremamente lucrativa, a temporária, paga por produção, sem precedente em termos de exploração e consecutiva extração de mais-valia nas culturas praticadas naquelas terras.

A compreensão do processo de modernização da agricultura goiana exige, portanto, a intersecção entre as relações de trabalho e a configuração do espaço agrário, numa teia de elementos que permitiram o paulatino processo de integração e, deste modo, inserção econômica de Goiás na dinâmica econômica nacional. Nesta perspectiva, as questões agrárias e agrícolas goianas tornam-se compreensíveis, como se compreende um objeto cuja explicação de sua estrutura somente é possível na exploração daquilo que o estrutura, ou seja, daquilo que o confere determinada forma.

Uma compreensão que explica, ademais, a atual configuração do espaço agrário em Goiás, vez que os processos históricos permitem a apreensão dos atuais atores participes da ofensiva capitalista no que concerne a expansão do agronegócio da cana-de-açúcar. Assim, o espaço constitui-se por atores, um patronato que rememora os senhores de engenho e o emprego precário de força de trabalho, historicamente alijada do direito à posse fundiária. Logo, o espaço formata-se em monoculturas, em extensas propriedades necessárias para a integração econômica e, por conseguinte, o amparo a indústria que ora simbolizava o desenvolvimento.

Considerações Finais

A compreensão do processo de alterações no espaço agrário goiano, que neste trabalho é indicado como sendo uma reordenação do espaço, uma vez que articula processos sociais a partir de relações de trabalho e modelos de produção, exige uma análise imbricada entre elementos que consubstanciaram um determinado período histórico, cujas resultantes configuram um quadro atual de concentração fundiária, dependência econômica e relações de trabalho enodadas pela precariedade de condições.

Os vinte e cinco anos que constituem o marco temporal deste trabalho podem ser considerados como cruciais no que se refere às tomadas de decisões que envolvem interesses específicos. A criação de programas como o POLOCENTRO e o PROÁLCOOL, em 1975, ainda que sejam programas divergentes em seus objetivos norteadores, deriva de um mesmo motivo: a modernização da agricultura brasileira *pari passu* sua capitalização em prol de um

mercado de intercâmbio de mercadorias e em contribuição ao fortalecimento da indústria nacional.

Na medida em que o Programa POLOCENTRO intencionava a modernização da agropecuária no Centro-Oeste e no oeste mineiro, portanto de ações direcionadas a uma determinada região do país, e o PROÁLCOOL visava a produção para um mercado externo, é possível analisá-los tomando como referência o que, atualmente, sustenta o chamado agronegócio em Goiás. Nesse sentido, o primeiro permitiu à economia goiana um caráter de efetiva participação na lógica de desenvolvimento desigual e combinado da economia brasileira, enquanto o segundo, não diferentemente, permitiu que a atividade canavieira se fortalecesse como prática agrícola em Goiás.

Para tanto, a percepção de como tais programas se coadunaram e quais suas resultantes, conduzem à compreensão de como se constituiu determinada estrutura própria ao espaço agrário goiano. O decurso da criação dos dois programas verificados por este trabalho foi uma concentração ainda maior das terras goianas. Programas que buscavam, ainda, maior integração entre as regiões brasileiras, o que imprimiu um papel complementar à economia de Goiás. Noutra perspectiva, o processo de concentração fundiária em Goiás foi correlato à precarização das relações de trabalho, de modo que se as possibilidades se apresentassem ainda maiores ao estabelecimento de complexos agroindustriais canavieiros, conforme é perceptível contemporaneamente não apenas em Goiás, mas em outros Estados do Brasil.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de; MOREIRA, Roberto José. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: Moreira, Roberto José (org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BORGES, Barsanulfo Gomides. O Movimento Ruralista em Goiás. Goiânia: *Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*, n.º2. Maio de 2006

_____, *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

ESTEVAM, Luís. *O Tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia-GO: UCG, 2004.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

GARCIA Jr., Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 19, p. 40-71, out. 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O que é questão agrária*. 14^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____, *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

GRAZIANO NETO, Francisco *Questão Agrária e Ecológica: crítica da moderna agricultura*. 2^a ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

IANNI, Octávio. A formação do proletariado rural no Brasil - 1971. In: Stedile, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda - 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Editora da UFMG, 2008.

_____, *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

_____, *Posição: contra os tecnocratas*. São Paulo: Nova crítica, 1969.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2^aed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____, *Os camponeses e a Política no Brasil*. 5^a ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*. In: Seleções Cebrap I. São Paulo: Braziliense, 1976.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A violência no campo, os movimentos socioterritoriais modernos e a reforma agrária no Brasil. Conferência Nacional da Terra e da Água: reforma agrária, democracia e desenvolvimento sustentável*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. *Circuitos espaciais da produção: um comentário*. In: Souza, Maria Adélia A. de; Santos, Milton (orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a segunda guerra mundial. *Estudos avançados*, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.

THOMÁZ Jr., Antônio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

_____, *Gestão territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira: os desafios para o movimento sindical*. Presidente Prudente: FCT/UNESP (Mimeogr.), 1999.